

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, **O candidato deve ler as instruções** e verificar se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 30 (TRINTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 30 (TRINTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C e D**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de **tinta preta ou azul**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.**
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. O saco plástico com os objetos, deverá ser colocado sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de 3 (três) horas a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. O candidato, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 30 (trinta) minutos após o início de sua realização, não podendo levar o caderno de provas, sob pena de eliminação. Após o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos de prova, o candidato poderá retirar-se do local de realização da Prova Objetiva levando consigo o caderno de prova, que contém espaço para anotação do gabarito.
13. O último candidato de cada sala fica retido para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

PORTUGUÊS

Texto-base para as questões 01 a 05:

Ao fazer o cotejo da nossa lista de duzentos verbos com esses quatro importantes instrumentos de referência*, ficou claríssimo para nós o que já percebíamos intuitivamente: a regência verbal da modalidade escrita formal do português brasileiro contemporâneo é bastante variável e as condenações da tradição a determinados usos não têm efetiva sustentação nem nos dados, nem nos instrumentos normativos.

Há nisso um tremendo paradoxo: os instrumentos normativos são, em geral, mais flexíveis do que o discurso categórico que prevalece no sistema escolar, na mídia, no trabalho de revisores, nas provas de concursos e nos testes de escolaridade.

A cultura filológica e linguística – apesar de, algumas vezes, se mover com certa timidez ou ambiguidade – tem claramente se afastado, em boa medida, da prescrição cega da interdição categórica. Até porque o uso da língua desmente qualquer dessas atitudes inflexíveis.

* *Dicionário de verbos e regimes*, de Francisco Fernandes; *O problema da regência*, de Antenor Nascentes; *Dicionário prático de regência verbal*, de Celso Pedro Luft; *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*, organizado por Francisco da Silva Borba.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. *Escrever na universidade: gramática da norma e referência*. São Paulo: Parábola, 2022. p. 43-44.

01. Considerando o conteúdo do texto, assinale a alternativa CORRETA.

A.	A argumentação dos autores vai em direção à crítica ao fato de a cultura filológica e linguística estar se afastando de orientações mais prescritivistas em relação aos usos da regência verbal, especialmente no que tange à modalidade escrita formal do português brasileiro contemporâneo.
B.	A argumentação dos autores vai em direção à ideia de que é preciso fortalecer as orientações normativas em diferentes esferas (midiática, escolar etc.) para que não se escreva de forma deturpada no que tange à questão da regência verbal e nominal, embora tais orientações precisem passar por revisão.
C.	A argumentação dos autores vai em direção à ideia de que não há razão que justifique um discurso inflexível em relação à questão da regência na língua portuguesa, uma vez que se faz uso corrente de construções que, numa perspectiva purista, são condenadas, muitas das quais são admitidas em instrumentos normativos.
D.	A argumentação dos autores vai em direção à ideia de que há alguns setores da sociedade, como a mídia e a escola, que são referência no que tange ao ensino de língua portuguesa, devendo, portanto, ser considerados referência quando se trata de questões relativas à língua escrita, como é a questão da regência.

02. Assinale a alternativa CORRETA, considerando o conteúdo do texto e a linha argumentativa desenvolvida.

A.	Todos os dicionários e compêndios gramaticais consultados apresentaram as mesmas orientações a respeito da regência dos verbos, o que mostra que não há divergências no que tange à descrição da regência verbal, embora haja divergência da descrição em relação aos usos cotidianos da língua.
B.	Não há razão para se insistir em condenações de usos correntes no que tange à regência verbal, uma vez que a regência verbal é um fenômeno variável na própria modalidade escrita formal do português brasileiro contemporâneo, sendo tais condenações arbitrárias.
C.	Não se deve reconhecer todos os usos formais correntes na oralidade como legítimos e próprios da norma brasileira de referência, uma vez que as modalidades orais e escrita apresentam aspectos peculiares e nem sempre coincidentes.
D.	Usos que não estão dicionarizados ou gramaticalizados não devem ser considerados como parte da língua; por outro lado, não há razão para se incluir nos compêndios gramaticais verbos com nuances arcaicas ou de domínio formais ou ultraformais específico, como o domínio jurídico, por exemplo.

03. Assinale a alternativa CORRETA.	
A.	O texto apresenta uma linguagem mais informal e com teor mais subjetivo do que comumente se observa em textos acadêmicos (como o artigo científico, por exemplo), como mostram as seguintes escolhas lexicais: “claríssimo”, “tremendo”, “timidez” e “cega”.
B.	Os substantivos “cotejo” (1º parágrafo), “paradoxo” (2º parágrafo) e “instrumentos” (2º parágrafo) apresentam, nesse texto, significado próximo de ‘comparação’, ‘problema’ e ‘equipamentos’, respectivamente.
C.	O paradoxo citado no texto se estabelece porque a cultura filológica, que diz respeito ao estudo científico do desenvolvimento de uma língua, é cega em relação às interdições categóricas e às atitudes inflexíveis no que tange à regência verbal.
D.	Pode-se dizer que a expressão “em boa medida” significa que o referido afastamento é expressivo, o que a torna contraditória em relação ao conteúdo apresentado entre os travessões – conteúdo esse que é exemplificado no último período do texto.

04. Assinale a alternativa que apresenta um caso de regência verbal que é condenável a partir de uma interpretação normativa categórica, mas que é corrente no uso da língua, inclusive em contexto de escrita.	
A.	É preciso entender o que é esse tipo de discurso, como ele funciona na prática em nossa sociedade e o que fazer para combater ele.
B.	Os alemães assistiram o evento pela televisão e rememoraram as atrocidades cometidas pelo regime nazista.
C.	Coisas como essas poderia ser evitadas, mas ainda hoje é preciso estar atento à onda de discursos de ódio que espalha-se pelo mundo.
D.	Se instaura o contato com o outro pelo viés do confronto, e disso resulta a aversão à diferença, materializada em práticas discursivas que produzem efeitos de hostilização e ódio.

05. Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos sinais de pontuação.	
A.	Os dois pontos do segundo parágrafo introduzem um aposto, que explica de que paradoxo se está falando.
B.	Os travessões são usados para separar uma oração intercalada e podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido ao texto, por parênteses.
C.	As vírgulas após “escolar”, “mídia” e “revisores” (2º parágrafo) são empregadas para separar elementos com a mesma função sintática não introduzidos pela conjunção ‘e’.
D.	Os dois pontos, no primeiro parágrafo, são usados para introduzir uma oração assindética e ocupam o lugar de uma conjunção coordenativa.

MATEMÁTICA

06. Os números racionais são os números que podem ser escritos na forma de fração. Sabendo disso, qual das opções a seguir não representa o número racional 45?	
A.	$135/3$.
B.	$90/2$.
C.	$-90/-2$.
D.	$45/-1$.

07. Com a proximidade da Copa do Mundo, os bolões começam a aparecer em maior número. Na última Copa do Mundo, em 2018, os funcionários da empresa “Sorriso Fácil” realizaram um bolão e quatro funcionários apostaram que a França seria o país campeão e por isso foram os vencedores do Bolão. O prêmio de 10 mil reais foi dividido de forma proporcional ao valor das apostas que cada um deles fez. Sabendo que Maria apostou R\$ 20,00, Guilherme apostou R\$ 15,00, Luiza apostou R\$ 8,00 e Rodolfo apostou R\$ 7,00, quanto cada um recebeu por ter acertado o Bolão?	
A.	Maria recebeu R\$ 4.000,00, Guilherme recebeu R\$3.000,00, Luiza recebeu R\$ 1.600,00 e Rodolfo recebeu R\$1.400,00.
B.	Maria recebeu R\$ 500,00, Guilherme recebeu R\$ 2.200,00, Luiza recebeu R\$ 5.000,00 e Rodolfo recebeu R\$2.300,00.
C.	Maria recebeu R\$ 2.500,00, Guilherme recebeu R\$ 3.500,00, Luiza recebeu R\$ 2.000,00 e Rodolfo recebeu R\$ 2.000,00.
D.	Maria recebeu R\$ 6.500,00, Guilherme recebeu R\$ 500,00, Luiza recebeu R\$ 1.500,00 e Rodolfo recebeu R\$ 1.500,00.

08. Uma piscina mede 5m x 8m e tem a profundidade de 1,5m. Sabendo que hoje ela está com 20.000 litros de água, quanto falta para enchê-la até a borda?	
A.	37.000 litros.
B.	80.000 litros.
C.	40.000 litros.
D.	60.000 litros.

09. Um teatro de Arena na cidade de “Risolândia” tem a forma de uma circunferência. Sabendo que essa circunferência tem o diâmetro de 54 metros e considerando $\pi = 3,14$, qual é o raio da circunferência e a sua respectiva área?	
A.	Raio = 54 m e Área = 2.222,07 m ² .
B.	Raio = 27 m e Área = 2.289,06 m ² .
C.	Raio = 54 m e Área = 2.543,07 m ² .
D.	Raio = 27 m e Área = 2.212,06 m ² .

10. Em decorrência da Pandemia da Covid-19, os shows tiveram que ter o público limitado. Uma prefeitura do interior de Santa Catarina, obedecendo às orientações do Ministério da Saúde, determinou que um metro quadrado poderia ser ocupado por apenas 3 pessoas. Sabendo que, no rodeio mais famoso da cidade, a prefeitura contratou uma banda para tocar no centro de eventos que tem uma área de 38.600 m ² e que o local ficou absolutamente lotado, é CORRETO afirmar que compareceram ao show cerca de quantas pessoas?	
A.	100.000 pessoas.
B.	154.400 pessoas.
C.	115.800 pessoas.
D.	120.000 pessoas.

CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO

11. Segundo a professora Luana Polon ...”O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi desenvolvido com base em uma ideia de possibilitar que o crescimento econômico continue ocorrendo. No entanto, de forma mais sustentável, visando a qualidade de vida da atual geração e das gerações futuras, num modelo que permita o desenvolvimento como um todo”. Portanto, quando se analisa a diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento, pode-se dizer que o desenvolvimento leva em consideração.....

A.	A riqueza do país.
B.	O Produto Interno Bruto.
C.	As necessidades das pessoas.
D.	A baixa inflação.

12. No Brasil a energia elétrica fica mais cara em que horário?

A.	No horário intermediário.
B.	No horário da noite.
C.	No horário da manhã.
D.	No horário de pico.

13. Quando nos referimos a “garantia de direitos relativos á liberdade”; a “garantia de direitos à participação política” e a “garantia de direitos relativos à dignidade da vida humana” estamos nos referindo respectivamente a quais conceitos?

A.	Cidadania política; Cidadania social e Cidadania civil.
B.	Cidadania civil; Cidadania política e Cidadania social.
C.	Cidadania civil; Cidadania social e Cidadania política.
D.	Cidadania social; Cidadania política e Cidadania civil.

14. A acadêmica Elaine Luzia dos Santos de 33 anos é a primeira brasileira portadora de tetraparesia a concluir o curso de medicina, é estudante de qual universidade?

A.	USP.
B.	UNIOESTE.
C.	UFPR.
D.	PUC-PR

15. O Oeste do Paraná, compreendido entre as microrregiões de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel, já foi ocupado por indígenas, espanhóis, pertenceu à Capitania de São Paulo, formou o Território Federal do Iguaçu. O território foi anexo ao Brasil após vários tratados com qual país?

A.	Paraguai.
B.	Argentina.
C.	México.
D.	Espanha.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO

16. O Secretário Estadual de Segurança Pública do Estado de Pindamonhangaba, no regular exercício de suas funções legais, removeu João, servidor ocupante do cargo efetivo de Técnico de Nível Superior, do departamento A para o B, em ato publicado no diário oficial do dia 10/01/22, com efeitos a contar do dia 1º/02/22. Ocorre que, diante da aposentadoria voluntária de três servidores lotados no departamento A na segunda quinzena de janeiro, o Secretário considerou que não era mais oportuna e conveniente a remoção de João para o departamento B, razão pela qual, no dia 30/01/22, praticou novo ato administrativo, revogando seu anterior ato de remoção e mantendo João lotado no departamento A. O ato de revogação praticado pelo Secretário está baseado diretamente no princípio da administração pública da:

A.	impessoalidade, pois levou em conta os atributos pessoais de João para mantê-lo no departamento A.
B.	autotutela, pois pode revogar seu anterior ato, de forma discricionária, para atender ao interesse público.
C.	publicidade, pois antes de surtirem os efeitos do ato de remoção publicado no diário oficial, o Secretário declarou sua invalidade, por vício sanável.
D.	motivação, pois os motivos do ato anterior de remoção não são mais válidos, pela aplicação da teoria dos motivos determinantes.

17. O direito administrativo é um conjunto de normas e princípios que rege a atuação da administração pública. Assinale a opção que indica apenas as fontes do direito administrativo.

A.	lei, jurisprudência, normas e regras.
B.	costumes, regras, jurisprudência e normas.
C.	jurisprudência, costumes, lei e doutrina.
D.	normas, lei, doutrina e regras.

18. De acordo com a doutrina de direito administrativo, uma autarquia estadual do Estado de Pindamonhangaba e uma empresa pública estadual do Estado de Pindamonhangaba se enquadram, respectivamente, na chamada administração:

A.	direta (com personalidade jurídica de direito público) e indireta (com personalidade jurídica de direito público).
B.	indireta (com personalidade jurídica de direito público) e indireta (com personalidade jurídica de direito privado).
C.	indireta (com personalidade jurídica de direito privado) e indireta (com personalidade jurídica de direito privado).
D.	direita (com personalidade jurídica de direito público) e indireta (com personalidade jurídica de direito privado).

<p>19. As agências reguladoras foram criadas a partir do Programa Nacional de Desestatização, para fiscalizar, regular e normatizar a prestação de serviços públicos transferidos à iniciativa privada, na forma da lei, com intenção de reduzir gastos e buscar maior eficiência na execução de tais atividades. Nesse contexto, no plano federal, imagine-se a hipotética Agência Nacional Alfa, que, por ser uma agência reguladora, de acordo com a legislação de regência, em matéria de organização administrativa, se classifica como:</p>	
A.	autarquia em regime especial, que é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, sendo certo que seu controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
B.	autarquia em regime especial, que é caracterizada pela existência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória e administrativa, bem como pela vinculação orçamentária e financeira junto à Administração direta, sendo certo que seu controle externo é exercido por meio de supervisão ministerial, com auxílio do Tribunal de Contas da União.
C.	autarquia territorial nacional, que é caracterizada pela existência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória e administrativa, pela vinculação orçamentária e financeira junto à Administração direta, sendo certo que seu controle externo é exercido por meio de supervisão ministerial, com auxílio da Controladoria Geral da União.
D.	fundação pública de direito privado, que ostenta personalidade jurídica de direito privado e executa atividades regulatórias de interesse social, com tutela e subordinação hierárquica, autonomia funcional, decisória e administrativa, sendo certo que seu controle externo é exercido por meio do Ministério Público Federal, mediante o velamento de fundações.

<p>20. Em novembro de 2021, a Secretaria de Educação do Estado de Pindamonhangaba realizou licitação para registro de preço para aquisição de quarenta carros. Após a seleção da proposta vencedora e registrada a ata no órgão licitante, a mencionada Secretaria foi consultado pela autarquia estadual Universidade de Pindamonhangaba, que manifestou interesse em contratar o licitante vencedor para a aquisição de dez carros, mediante sua adesão à ata de registro de preços. O caso em tela trata da chamada:</p>	
A.	licitação carona, em que é prescindível a anuência da Secretaria de Educação do Estado de Pindamonhangaba, e o licitante vencedor da ata de registro de preços está obrigado a celebrar o contrato com a autarquia estadual Universidade de Pindamonhangaba.
B.	licitação carona, em que é imprescindível a anuência da Secretaria de Educação do Estado de Pindamonhangaba, e o licitante vencedor da ata de registro de preços não está obrigado a celebrar o contrato com a autarquia estadual Universidade de Pindamonhangaba.
C.	fragmentação de licitação, em que é imprescindível a anuência da Secretaria de Educação do Estado de Pindamonhangaba, e o licitante vencedor da ata de registro de preços está obrigado a celebrar o contrato com a autarquia estadual Universidade de Pindamonhangaba.
D.	fragmentação de licitação, em que é prescindível a anuência da Secretaria de Educação do Estado de Pindamonhangaba, e a autarquia estadual Universidade de Pindamonhangaba deve realizar nova licitação, não podendo contratar licitante para fornecimento do mesmo objeto com valor acima do registrado na ata a que aderiu.

21. De acordo com a Lei 8.666/1993, é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem; essa vedação:	
A.	possui exceção nos casos de empreendimentos explorados sob o regime de empreitada por preço global.
B.	possui exceção nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão.
C.	possui exceção nos casos de empreendimentos sob o regime de empreitada por preço global.
D.	possui exceção nos casos de empreendimentos executados sob o regime de execução direta.

22. Nas licitações e contratações de obras e serviços de engenharia, segundo o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, devem ser adotados, preferencialmente, os regimes de:	
A.	empreitada por preço unitário, empreitada por preço global e empreitada integral.
B.	empreitada por preço unitário, contratação por tarefa e contratação integrada.
C.	empreitada por preço global, empreitada integral e contratação integrada.
D.	empreitada integral, contratação por tarefa e empreitada por preço unitário.

23. Após regular realização de procedimento licitatório, determinado ente público firmou contrato com a empresa vencedora para prestação de serviços de baixa complexidade técnica. No ato da celebração, a administração, mesmo sem previsão no instrumento convocatório, exigiu a prestação de garantia por parte da empresa por meio de título da dívida pública no valor de dez por cento do valor do contrato. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei n.º 8.666/1993, a atuação da administração pública está:	
A.	correta, pois a lei permite exigir garantia em dez por cento do valor do contrato.
B.	correta, pois a administração é obrigada por lei a exigir garantia em todos os contratos administrativos.
C.	errada, pois o título de dívida pública não é modalidade de garantia prevista em lei.
D.	errada, pois a exigência de prestação de garantia deve estar prevista no instrumento convocatório.

<p>24. José, Auditor Fiscal Tributário do Município de Pindamonhangaba, por entender ter preenchido todos os requisitos legais, deu entrada em seu pedido de aposentadoria e o órgão competente do Município, após a devida análise, encaminhou ao Tribunal de Contas, para apreciar, para fins de registro, a legalidade do ato da concessão inicial de aposentadoria. Ocorre que o Tribunal de Contas já está analisando o caso há seis anos e até agora não proferiu sua decisão quanto ao registro da aposentadoria de José. No caso em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:</p>	
A.	o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, caracterizado pela atividade de auditoria entre a Corte de Contas e a Administração Pública, está sujeito aos princípios da boa-fé objetiva, da proteção da confiança e da segurança jurídica, que se afirmam em favor do administrado, devendo ser observado o prazo decadencial de um ano para o Tribunal de Contas apreciar o registro da aposentadoria.
B.	o controle de legalidade exercido pelo Tribunal de Contas sobre os atos de concessão inicial de aposentadoria, para fins de registro, se dá sobre o ato já praticado pela autoridade administrativa competente, razão pela qual a aposentadoria se qualifica como ato administrativo composto e não complexo, não havendo que se falar em qualquer prazo para o Tribunal de Contas apreciar o registro da aposentadoria.
C.	o controle de legalidade exercido pelo Tribunal de Contas sobre os atos de concessão inicial de aposentadoria, para fins de registro, se dá sobre o ato inicialmente praticado pela autoridade administrativa competente, razão pela qual a aposentadoria se qualifica como ato administrativo complexo, não havendo que se falar em qualquer prazo para o Tribunal de Contas apreciar o registro da aposentadoria.
D.	em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o Tribunal de Contas está sujeito ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da chegada do processo à Corte de Contas, após o qual se considerará definitivamente registrado.

<p>25. Em matéria de classificação dos bens públicos quanto à sua destinação, é correto afirmar que o imóvel onde está sediada a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Pindamonhangaba é um bem:</p>	
A.	de uso comum do povo, pois todos os cidadãos podem ser usuários do serviço público prestado.
B.	de uso especial, porque é usado para prestação de serviço público pela Administração com finalidade pública.
C.	dominical, porque tem uma destinação pública específica dirigida a toda coletividade.
D.	afetado, porque não tem uma destinação pública específica, ficando a cargo do Secretário estadual definir quais serviços serão prestados pelos agentes lotados no órgão.

26. O Estado de Pindamonhagaba contratou regularmente, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, servidores temporários. Por ausência de lei específica dispondo sobre o tema, o Estado Beta não vem pagando a tais servidores o décimo terceiro salário e as férias remuneradas acrescidas do terço constitucional. Inconformados, os servidores ajuizaram ação judicial, pleiteando tais pagamentos. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no caso em tela, o pagamento de tais verbas aos servidores temporários:	
A.	não é devido, ainda que houvesse expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, haja vista que a Constituição da República veda a equiparação salarial entre servidores concursados e temporários.
B.	não é devido, salvo expressa previsão legal e/ou contratual em sentido contrário, ou se ficar comprovado desvirtuamento da contratação temporária, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações.
C.	é devido, independentemente de expressa previsão legal e/ou contratual, haja vista que o próprio texto constitucional estabelece a obrigatoriedade de pagamento dessas parcelas remuneratórias a todos os trabalhadores, inclusive servidores contratados a qualquer título.
D.	é devido, independentemente de expressa previsão legal e/ou contratual, por analogia à norma constitucional que estabelece a obrigatoriedade de pagamento dessas parcelas remuneratórias a todos os trabalhadores da iniciativa privada.

27. A respeito do sistema de remuneração/salário de agentes públicos, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.	
A.	É constitucional Emenda à Constituição estadual que institui, como limite remuneratório único dos servidores públicos estaduais, o valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
B.	O teto da remuneração dos Procuradores Municipais é o subsídio dos Prefeitos.
C.	O teto constitucional remuneratório não incide sobre os salários pagos por empresas públicas e sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que não recebam recursos da Fazenda Pública.
D.	É constitucional a vinculação de reajuste de vencimentos de servidores públicos estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

28. Se determinado órgão público receber denúncia anônima que impute conduta irregular a servidor público lotado nesse mesmo órgão, por ato cometido no exercício da função, à administração pública:	
A.	é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da proporcionalidade.
B.	é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do poder-dever de autotutela imposto à administração, desde que motivada e com amparo em investigação ou sindicância.
C.	é vedada a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da razoabilidade.
D.	é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor, em razão do poder-dever de autotutela imposto à administração, desde que a portaria de instauração exponha detalhadamente o fato a ser apurado.

29. A respeito de improbidade administrativa, assinale a opção correta.	
A.	A configuração de ato de improbidade contrário a princípio da administração pública independe de prova de danos ao erário ou enriquecimento ilícito do agente.
B.	A exigência de que os agentes públicos apresentem declaração anual de bens ao órgão ou ao ente a que estejam ligados pode ser mitigada em caso de recusa de consciência, devidamente fundamentada.
C.	No atual regime legal da improbidade administrativa, são puníveis atos praticados com culpa grave, devidamente provados e que tenham causado danos ao erário.
D.	No caso de condenação à perda da função pública, a eficácia da decisão judicial deve alcançar qualquer vínculo atual do réu com o serviço público, ainda que diverso do existente quando do cometimento da improbidade.

30. Segundo a doutrina pátria, o controle da administração é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos para a fiscalização e revisão da atividade administrativa. Sobre a matéria, é correto afirmar que:	
A.	o Poder Judiciário manterá, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
B.	os responsáveis pelo controle interno no âmbito do Poder Executivo, ao tomarem conhecimento de qualquer ilegalidade, dela darão ciência ao chefe do Poder Legislativo, sob pena de responsabilidade solidária.
C.	a autotutela exercida pela Administração, por meio da anulação de atos ilegais ou da revogação de atos inconvenientes ou inoportunos, constitui mecanismo de controle administrativo, mas não de controle interno.
D.	ao Poder Judiciário cabe o controle de legitimidade de atos administrativos, exercido, em regra, mediante provocação.

Ficha de respostas para conferência (3PSS UNIOESTE – 19/06/2022)

Acesse o Gabarito Provisório a partir de 20/06/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30